

Declaração de Voto

PONTO 1 DA ORDEM DO DIA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE JULHO DE 2025 - 14/07/2025

- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 25 000 000,00 EUROS PARA HABITAÇÃO -

Relativamente ao Ponto 1 - Contratação de empréstimo a longo prazo num montante de 25.000.000,00€, da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 14/07/2025 votei CONTRA com base no seguinte:

1. A autorização prévia foi concedida pela assembleia municipal em 24/02/2025 (Ponto 4 da Ordem do Dia), sendo que na altura referi que a Câmara Municipal iria ter dificuldade em avaliar as propostas caso não fossem fixados o período de carência de amortização e o tipo de prestação e de amortização do capital (constante ou decrescente) e que não me sentia confortável em aprovar as condições do empréstimo;
2. Nessa mesma reunião, o Sr. Presidente da Câmara comprometeu-se a fixar o período de carência em 3 anos e o tipo de prestação em prestações constantes e por isso votei a proposta;
3. Quando foi realizado o convite às entidades bancárias, o tipo de prestação e de amortização do capital não foi fixado;
4. As propostas apresentadas continham diferentes tipos de prestação e amortização, nomeadamente: CCAM Algarve - Prestações Constantes, CGD - não indicou o tipo de prestações, Millenium BCP - Prestações Constantes ou Amortizações Constantes, Montepio - Amortizações Constantes e Novo Banco - Amortizações Constantes;
5. A Câmara Municipal de Lagos aprovou como proposta vencedora a apresentada pela CCAM Algarve, com as condições de amortizações trimestrais constantes, sendo que esta entidade apresentou na proposta prestações constantes (amortizações crescentes);
6. A proposta aprovada na reunião de câmara e na assembleia municipal não coincide com a proposta efetuada pela entidade bancária.

Assim, pelos motivos expostos nesta declaração e pelos que foram, por mim, referidos nas duas sessões da assembleia municipal mencionadas, votei CONTRA. A deliberação aprova uma proposta que não foi apresentada pela entidade bancária.

Lagos, 14 de julho de 2025

O Membro do Grupo Municipal do PSD – Lagos,
Rui Araújo

Anexo:

- Transcrição do Ponto 4 da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de fevereiro/2025, da Assembleia Municipal de Lagos (feita por programa de Inteligência Artificial com base no vídeo da gravação da mencionada Reunião alojado no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=CPSQpKCxWgs>);
- Transcrição do Ponto 1 da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária de julho/2025, da Assembleia Municipal de Lagos (feita por programa de Inteligência Artificial com base no vídeo da gravação da mencionada Reunião alojado no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=BvNV2jbUEuk>).
- Proposta da CCAM Algarve.

Sessão Ordinária de fevereiro de 2025

1.ª Reunião – 24/02/2025

Ponto 4 da Ordem do Dia

- Apreciação e votação da proposta de autorização prévia do investimento a financiar por empréstimo e de autorização prévia para contratação de financiamento, por meio de empréstimo a médio e longo prazo no montante de 25 000 000,00€ -

- TRANSCRIÇÃO -

“MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Então vamos continuar. Portanto, temos meia hora. Uma meia hora generosa. E vamos então para o ponto de hoje. Ficará para amanhã o primeiro ponto, portanto, amanhã dos trabalhos. Dou a informação do Sr. Presidente. Também será amanhã e, portanto, temos o ponto quatro, o ponto quatro. Portanto, é também uma iniciativa da Câmara a apreciação e votação da proposta de autorização prévia do investimento a financiar por empréstimo e da autorização prévia para a contratação de financiamento por meio de empréstimo a médio e a longo prazo, no montante de 25 milhões €. Portanto, Sr. Presidente, passo lhe a palavra. Portanto, para apresentar mais detalhadamente o ponto, faz favor.

HUGO PEREIRA - PRESIDENTE DA CML

Penso que a informação também tem o detalhe que é que é necessário. Mas pronto. Assim, resumidamente, o que está aqui e é um pouco aquilo que há pouco dizia. Portanto, supostamente fomos levados para uma situação em que haveria grande possibilidade ou toda a possibilidade da estratégia local de habitação vir a ser financiada a 100%. E aquilo que acabou por acontecer é que neste momento não, não ao certo. Não temos quase a certeza se vai por quanto é que vai ser financiado. Portanto, aquilo que foi colocado, inclusive à consideração eh. Fizemos um ponto de situação há cerca de dois ou três meses, quatro meses antes do final do ano, junto do IHRU e junto da dos dois ministros da Coesão e das Infraestruturas. Sobre o nosso ponto de situação, do nosso, da nossa estratégia local de habitação. E questionado perante o perante a nossa situação, qual era a linha de financiamento que nos iria ser atribuída e infelizmente, nem resposta tivemos. Têm vindo a ser divulgadas a possibilidade de algumas de algumas casas. Inicialmente com este Governo. Aquilo que foi dito foi. Foi pedido para que todos, todos, se candidatassem. Para além da estratégia local de habitação, para que todos se inscrevessem numa plataforma para. Para que não fosse só uma estratégia, mas passasse a ser candidaturas concretas de acordo com as maturidades que cada projeto tinha. Depois, por espanto, o Governo apanhou das 26.000 dos 26.000 fogos que supostamente havia verba, mas que houve um incentivo para fazer muito mais, porque na verdade, 26.000 ficaria muito aquém das necessidades do país. O governo abriu no dia que

abriu as candidaturas, viu que estavam mais de 50, salvo erro, eram mais de 52, 53.000 fogos ou mais de 55. Ou uma coisa assim parecida. O número de onde não me recordo, aos 56.000 fogos que estavam inscritos para o país todo. A grande conclusão que chegaram e de acordo com a hora da entrada, como se isso fosse critério, definiram que as primeiras 26.000 casas candidaturas por prédio. Vamos lá. Que estivessem, que tivessem dado entrada, eram os que iriam ser financiados a 100% pelo PR. Depois dos restantes, dos outros 30 e poucos 1000 que lá estavam, há 30, 30 que lá estavam, os primeiros dez, eventualmente seriam financiados também por 100% pela pelo BEI, pelo Banco Europeu de Investimento e os outros 20 e tal 1000 seriam em 60% pelo bem. Tem que haver aqui critérios do Junho de 26 para os 2/1 casos. Terminadas as coisas e até 2030 para os restantes. Pronto, isso foi o que foi veiculado. Existem documentos oficiais a circular, entretanto, foi porque nós abrimos concurso. Precisamos obrigatoriamente de documentos com candidaturas aprovadas caso a caso. Isso foi pedido. A ANMP pediu. Não houve resposta. E a resposta que tem vindo é uma não resposta. A última que apareceu parecida àquelas outras que vinham dantes, é que, afinal, atendendo à dificuldade que o próprio Estado ainda tem mais dificuldade do que os municípios. E a prova é que a dessalinizadora saiu fora. E se continuarmos assim, quase tudo o que era a eletrificação saiu fora. Não sei quantos metros vão sair fora, Não sei quantas coisas vão sair fora. O que é certo é que o governo, se calhar por aflição ou por má gestão deste e do outro, também não quer só culpar este. O que acabou por acontecer foi que chegou à conclusão que a probabilidade de ter o Junho 36 não prorrogável começou a virar atrás e começou numa aflição. O que é que isso acaba por acontecer? A aflição deles e a aflição de todos nós. Porque se eles decidirem, nós ficamos. E trata-se aqui de projetos muito grandes. Estamos a falar de projetos que todos somam mais de 50 milhões e não há fundos próprios para fazer face. Nem o município de Lagos tem fundos próprios para abrir concursos de mais de 50 milhões com fundos próprios, uma vez que não existe um papel a dizer que vai haver financiamento. E então aquilo que tem havido por esta não resposta é porque nós também não queremos perder mais tempo e alguns temos conseguido com fundos próprios à espera que depois venhamos a ser financiados. E temos alguns exemplos disso. Temos, tirando bens que temos, a garantia do financiamento. A CHESGAL. Os 12 apartamentos estão terminados. Não tivemos a garantia ainda de 1M € de financiamento. Vamos ter a cerca do cemitério. Estão a ser feitas casas de cerca de 1 milhão €. Não tivemos ainda processo nenhum de financiamento garantido. Temos mais quase 1 milhão € em Barão que a obra está em curso e nós não temos garantia nenhuma de financiamento. Abrimos agora mais um concurso para salvar a frente de concessão construção de quatro ou 5 milhões € sem termos garantia de financiamento. Mas todos os outros temos os processos parados à espera deste financiamento. O que é que temos agora aqui em cima da mesa para ultrapassarmos esta falta de resposta deste governo e pelo menos avançarmos com um financiamento a rondar a cerca de 50% do total da estratégia local de habitação, que não temos a garantia de ser financiada. Para irmos buscar então este financiamento de acordo com as regras que ali estão e avançarmos com este financiamento. Se conseguirmos, quem nos financia? Avançamos então para a abertura de todos estes concursos que faltam. Estão prontos para ir para a rua? Uns em conceção, construção, mas outros mesmo já em empreitada, como é, por exemplo, o Grande Cerejal. Os 104 apartamentos das Cerejal Gal estão há três meses quase parados à espera, porque só isso é quase 20 milhões € e que estão parados para ir para concursos. Já podiam estar adjudicado, já

podia estar a obra a funcionar se este governo pelo menos dissesse ou sim ou não, ou garantisse pelo -40 ou 50 ou 60% de financiamento. Mas nem resposta a dar é aquilo que vamos querer. E com este financiamento, se conseguirmos ter sucesso? Espero que sim e termos aqui uma garantia de financiamento de 25 milhões € a 20 anos Com. Com. Com. Uma coisa que é importante para nós, que é não ter penalização por. Por pagamento antecipado. Porque a ideia. Se viermos a ser financiados, vamos saber que o investimento são 50 milhões. Se formos financiados a 50 milhões, devolvemos integralmente os 25 milhões dos 50 milhões. Se formos financiados a 45, devolvemos os 5 milhões dos 50 milhões. Se formos financiados a 50% e 50% com financiamento comunitário e 50% com o banco. E a gente vai depois pagando. Portanto, o que está aqui é exatamente isto e arrecadarmos esta possibilidade. Ainda para mais, isto não conta para o devidamente e durante 20 anos íamos pagando, amortizando este empréstimo. E infelizmente, porque na verdade o mundo perfeito seria aquele que nos foi prometido, que era termos um financiamento a 100% pelo PR. Agora já dizem que até pode ser pelo crédito ou pode ser pelo BEI ou pode ser pelo que eles quiserem. Também não me interessa onde é que o dinheiro vem. Tem que vir de uma das linhas de financiamento europeu para que não, não, não seja pago por nós em Lagos, mas sim pago pelo Orçamento de Estado, porque é o mínimo que se pede e que o Estado, já que não dá a Casa, pelo menos pague essa casa e nós tratamos do resto. E é isso que temos aqui. Pronto. Isto é para fazer face, tal como o mapa que vem anexo para fazer face a todas aquele conjunto de casas que comprometemo-nos a fazer. Para os tais 400 agregados que correspondiam a cerca de 250 casas. Depois estamos a avançar que já não vai ser por aqui. Estamos a avançar no tal outro que também estava no documento anterior. Estamos a avançar com o outro pacote para as 500 casas, mas que essa aqui já não vamos ser enganados pelo Estado porque somos o objetivo dessa e compramos o terreno, mas não vamos gastar mais nada para além do projeto para a urbanização, Ou seja, compramos o terreno por aqueles 9 milhões. Vamos arranjar já ali, numa primeira fase, uma parte desse terreno para meter no mercado, Para vender. Com um projeto aprovado de urbanização que o compra, tem que fazer aquelas urbanizar, fazer as 500 casas e vendê-las de acordo com as regras do município e, obviamente, das regras dos custos controlados e dentro daqueles preços. E com isso vamos conseguir também dar 500 casas próprias e só ficamos pelo financiamento, só pela verba da parte da aquisição do terreno, sem obviamente ter que fazer as outras, porque se fossemos fazer essas 500 casas era preciso pelo -100 milhões e obviamente que nós não tínhamos esses 100 milhões e o Estado também não nos. Pelo que temos visto, também não nos dava esse financiamento. Mas pronto, para aqui essa parte não é chamada para aquilo que está. É o estratégico local da habitação. E, infelizmente, porque não há uma decisão para a verba vir e não temos a municípios que optaram por esperar. Lá vou o tempo que levar, mas também não, não vão fazer de outra maneira. Nós não queremos perder mais tempo. Já perdemos estes três, quatro meses desnecessariamente, porque foram várias instâncias e pediram nos já que a resposta estava para sair. Mas está visto que a resposta não sai. E queremos avançar já e é o que está aqui. Alguma dúvida ou uma questão? Estou disponível para esclarecer alguma dúvida.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Portanto, o sr. Paulo Rosário faz favor.

PAULO ROSÁRIO DIAS (CHEGA)

Muito obrigado, Sr. Presidente. Portanto, o sr. Presidente teve aqui a amabilidade de nos explicar o que é que está aqui em causa. Portanto, existem alguns problemas de financiamento e que há até alguns projetos para os quais não há efetivamente garantia de financiamento. Falou até algumas falhas de comunicação ou falta de resposta atempada que permita termos confiança para assegurarmos o cumprimento dos nossos compromissos. E aí surge este, este, este valor de empréstimo, este montante. Para nos assegurar uma boa parte destes compromissos. Queria só fazer aqui uma questão. Nós temos aqui uma alínea e o Sr. Presidente frisou, e bem. De assegurar a isenção de cobrança de comissões em caso de antecipação da amortização antecipada e que será essa a ideia. Mas, no entanto, não está aqui escrito que é essa. Esse o objetivo. Não há aqui nenhum compromisso com isso. Portanto, nada. Nada obriga a que a amortização se efetive. Portanto, se puder ser um pouco só mais específico se ou se deixarmos mesmo em aberto, porque isso pode haver uma decisão de não amortizar. Obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Mais alguma questão? Portanto, o Sr. Rui Araújo, se faz favor.

RUI ARAÚJO (PSD)

Muito obrigado, Sr. Presidente. O Sr. Presidente da Câmara explicou bem os motivos para os quais está a recorrer a este mecanismo de financiamento. Mas temos aqui algumas dúvidas que não vêm esclarecidas no documento relativamente ao tipo de empréstimo. E passo a fazer a pergunta portanto, qual é o tipo de amortização ou de prestação que o município pretende usar? Devia estar aqui explícito. E qual é o período de carência de amortização? Muito obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

José Manuel Freire. Faz favor.

JOSÉ MANUEL FREIRE (CDU)

Ora, boa noite, Sr. Presidente. Quer dizer, o cidadão comum que tem levado ao longo destes últimos três anos a ouvir falar mundos e fundos, o PRR vem aí, faz isto e aquilo, aqueloutro. Agora chegamos aqui a um ponto da situação. Primeiro temos que ir à banca buscar dinheiro para fazer face a alguns daqueles planos que estão previstos. Depois há indefinições, incertezas sobre o que é que há de vir no futuro. Ou seja, Então quando se começou a falar nisto, neste processo todo, com o Eru, com o governo, com o estudo, não foi com base em documentos, com compromissos assinados. Não foi com nada disso. Foi tudo um. Suponhamos é que chegámos. Agora parece que ninguém cumpre. Cumpre aquilo que se julgava que era firme. Portanto, resumindo a Associação Nacional de Municípios tomou alguma posição, está a trabalhar neste assunto, assim sucessivamente. Quer dizer. Quer dizer, tem que haver aqui, por parte também dos municípios no seu conjunto, uma posição forte em relação ao governo e também perceber o que é que o outro governo deixou que este não está a cumprir. Mas tem que haver uma posição forte dos municípios em relação, portanto, a

definições, porque estamos, digamos, estamos num. Num processo que está a caminhar os primeiros passos se logo a partir do princípio em que se começa a construir os primeiros fogos. Depois fica a luz lá ao fundo do túnel, cada vez mais longe. Quer dizer, isto é, é preocupante em relação às expectativas que se criam para centenas de milhares de pessoas que estão à espera de habitação. Mas é que a pergunta que fazia mais para esclarecimento da situação e compromissos todos verbais, nada assinados daquilo que foi assinado, o que é que escapa e, portanto, o que vem do anterior governo é o que segue neste governo. Ora, só Sr. Presidente.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Tem da palavra o Sr. Fernando Ildefonso.

FERNANDO ILDEFONSO (LCF)

Sr. Presidente, mas já foram feitas as perguntas que basicamente também iriam ser colocadas. Só uma pergunta para chegarem este a esta condição de spread no valor máximo de 1,5, Ou seja, poderá ser menor, suponho eu. Pelo que aqui está registado. Já contactaram entidades bancárias? Já fizeram alguma pedido de propostas em diferentes entidades ou gostaria que nos esclarecesse também como está? Como é que está a ser feita esta abordagem junto da banca? Muito obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Mais alguma intervenção? Portanto, o Sr. José Santos faz favor?

JOSÉ SANTOS (BE)

E já agora, para completar estas perguntas que foram aqui feitas, isto no final de 20 anos. Isto dá um custo de quanto?

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

E só ainda. Não há mais questões por parte das bancadas. Sr. Presidente, passo novamente. Dou lhe novamente a palavra para dar os esclarecimentos que for Por possível, faz favor.

HUGO PEREIRA - PRESIDENTE DA CML

A sorte é que eu não sou economista. E ao lado isto às vezes. Até eu fico baralhado ou baralhado. Começando aqui pela mais difícil que é esta última. Um Vai ser fácil fazer contas, mas não é agora. Não é porque neste momento a questão que se coloca é o que está aqui em cima da mesa e é uma abertura de um concurso público para adquirir um bem que no caso é dinheiro. Estamos a adquirir bem. Podíamos estar a decorar um concurso de limpeza ou uma obra, mas estamos a. Estamos a. Estamos a tentar comprar dinheiro. E vai depender de quem nos vai vender esse dinheiro. Ou seja, aquilo que temos aqui em cima da mesa. E há uma única variável que, grosso modo que vai ser a variável para comparar, que é o spread. Pronto. Aquilo que eu vos posso dizer é que neste momento, para responder assim mais diretamente ao Bloco de Esquerda e enquanto não se fechar o concurso e enquanto não se adjudicar, não vai ser fácil fazer, Não vai ser fácil fazer essas contas certas. Vamos ter que fazer o quê? Vamos ter que. Aquilo que temos como certo é a referência de 1,5% de spread. Portanto, e se

a taxa de juro for zero? E se quem ganhar? Só houver um concorrente com 1% de spread? E multiplicar os 25 vezes, vezes, 1,5 vezes 20 anos. Admitindo que a gente vai utilizar a verba toda e conseguimos chegar lá. Mas pronto, neste momento, como vos disse, a conta virá. Virá quando? Quando o processo estiver terminado. Pronto, isto só para responder. Mas pronto. De qualquer maneira, e pegando agora aqui, neste conjunto de respostas ou de questões que foram colocadas assim aquilo que está a ser contratado, aquilo que está a ser contratado e até E os 25 ou são os 25 milhões € para fazer face àquelas obras que ali estão? E partindo do princípio que o valor que vamos, que vamos ser financiados por aqueles itens todos que ali estão e que vem no Anexo A, o valor do total daquele investimento a menos, o valor que vamos ser financiados fica a quem? Os 25 milhões €. Porque se viermos a ter e a ter esse exemplo, se o Estado vier a garantir que estas estas obras todas que a gente apresentou num documento oficial, também respondendo ao Zé, que é a Estratégia local de Habitação que a partir do momento em que foi tratada pela Câmara, aprovada na Assembleia Municipal e homologada pelo. Pelos dois secretários de Estado da das autarquias locais, Jorge Botelho e da Habitação, Marina Santos. Que nós também pensávamos que esta estratégia local da habitação, sendo homologada pelo governo, era a garantia que aquilo daquele mapa que ali estava era o financiamento garantido conforme estava ali no mapa, mas que no decurso, no decurso dessa mesma, da evolução desta estratégia de locais de habitação e com a dinâmica que o PRR tem vindo a ter, acabou por ser um documento de proposta para aquilo que o Município se propunha a fazer este. Os do Algarve, os do Alentejo do Norte, mas que a seguir o financiamento. Vê se a perceber que a máquina, a máquina do Estado, encontrou outras soluções ou não encontrou as soluções para depois fazer face ao financiamento. Pronto, Isto para dizer que há um documento que foi aprovado em Câmara, foi aprovado em assembleia, foi homologado pelo Governo nas duas tutelas autarquias e habitação, que supostamente serviria esse como um documento de garantia, mas que depois o que nos foi pedido foi para apresentarmos candidatura e depois ficávamos, não ficávamos. Resumindo não se ficou e o Estado neste momento anda a ver como financiar? Essa é uma questão. A outra questão é em relação às questões que são colocadas. E voltando ao exemplo, os 25 milhões será para termos a garantia dessa verba para começarmos. Depois, a partir do momento em que o governo se decida como é que nos vai financiar. Então vamos ter que fazer uma de duas coisas ou usar o dinheiro todo, porque se fizer, falta esse mesmo dinheiro. E volto a dar o exemplo 50 milhões de investimento. Se o Estado nos financiar em 50%, os outros 50% vai ter que ser a banca, não se reembolsar nada. Se o Estado, por exemplo, financiar em 60%, ou seja, se nós só tivemos que ir buscar 40%, ou seja, já não vai ser necessário os 25 milhões, vai ser um bocadinho menos. E é aí que a gente entra com o que está aqui e aquilo que a gente vai pedir ao banco é todo e é aquilo que também a gente também aqui afirma neste momento e que eu afirmo aqui é toda a verba que não fizer que não for necessária para a estratégia local de habitação, para este investimento que aqui está, é devolvido ao banco e a gente não usa. Vamos supor que dos 25 Sr.es o sócio usa 20, ou seja, eles metem nos 25. Do nosso lado a gente só usa 20. Os cinco são devolvidos, não se usam e não se paga. Nós não queremos o pagamento das tais despesas por amortização antecipada daquela parte. E, obviamente, pagamos só o tempo que viermos a utilizar. Pronto. Mas também aí também se vocês verem o que é que a gente também está ali a colocar. Estamos a colocar a hipótese também de a utilização ser durante dez. Durante três anos. Ou seja, a nossa ideia também não é eles

pegarem nos 25 anos e meterem na nossa conta, não é? E irem fazendo à medida das nossas necessidades, para que também não venha logo o dinheiro todo. Se a gente não fizer falta, os autos levam tempo. Lá vão um ano ou dois a ser construído. A gente só vai precisar do dinheiro durante três anos para não ficarmos logo a pagar desnecessariamente também. Mas pronto, essa é a outra questão, ou seja, o que usarmos. Usamos e pagamos o spread de 1,5 ou de um 1,5 para baixo. Um e-mail é um intervalo de segurança, obviamente. Nós fizemos o concurso e que vai determinar isso. Mas, obviamente, nós pedimos a ponto de situação perante a nossa situação financeira, a banca, e perguntamos à banca o que é que, o que é que, o que é que o mercado dita para a nossa condição. E muitos deles andavam entre 1 e 2, entre ou entre 1,3, 04 e 02. E o que nós entendemos é que o máximo de 1% de spread é mais do que aceitável, está muito abaixo até da média da média e que consideramos que o mercado até pode dar mais facilmente, mas estamos a puxar para um 1,5 para termos a garantia que eles vêm mesmo ao mais baixo valor possível. Para que? Também para que não paguemos muito, porque a nossa ideia é não pagar muito. Portanto, aproveitando também que as taxas de juro estão a baixar e tende a ser baixar, portanto podemos ficar com uma taxa no final, não muito longe de 2%. Entre o spread e a taxa efetiva que que que que é ditada a nível da Europa. Pronto, dentro da Euribor a seis meses. Pronto, essa é a questão. Mas pronto, volto a dizer que é e para utilizar só a verba que for estritamente necessária e que não for, é devolvida sem penalização, porque é esse o objetivo. Portanto, em relação às questões da bancada do PSD, eu acho que o documento mostra não omite nenhuma das questões que foram colocadas. Não sei que outra informação é que era necessário dar, mas é o que está no documento. Não estou a ver. Não estou a ver ou não consegui alcançar a pergunta, porque a questão está aqui. Estão todas aqui colocadas, mas ainda não consigo. Então é repetir. Não, não estou a ver qual é. O que é que está por responder? No documento.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Rui Araújo faz favor então.

RUI ARAÚJO (PSD)

Obrigado, Sr. presidente. O que eu perguntei foi qual era o período de carência a partir do qual se começam a amortizar o empréstimo. Normalmente os não, mas vai influenciar a análise das propostas. E a segunda, qual é o tipo de prestação? A prestação pode ser decrescente, pode ser constante, a amortização pode ser constante, pode ser decrescente. Porque, por exemplo, à pergunta quando respondeu ao membro do Bloco de Esquerda como é que se calculava os juros? Deu um exemplo do sistema americano de controlo de juros, que não é o europeu, portanto, não é esse que vai ser utilizado. Mas é um exemplo mais ou menos como é que se conta? Não há de ser isso. Mas para se saber isso, a cláusula travão de 1,5 está bem. Para se poder dar a vitória ao concurso pelo spread mais baixo tem que se fixar, ou seja, todas as outras condições do empréstimo e há duas que não estão fixadas. Eu vou dar um exemplo. Parece um com um spread de 1,3 com uma taxa de amortização constante e aparece outro Como? Com um spread de 1,2 ou 1,4 como uma taxa com uma prestação constante. Quem é que vence o concurso? Não se sabe quem é que vence. Qual é o critério para vencer? Não está fixado.

HUGO PEREIRA - PRESIDENTE DA CML

Pode não estar aqui porque entendemos que.

RUI ARAÚJO (PSD)

Não está, pois não está aqui definido. Exatamente.

HUGO PEREIRA - PRESIDENTE DA CML

Está definido. Isto estava definido, não está?

RUI ARAÚJO (PSD)

Isto é, quanto a mim, é e não está bem fixado. Houve aqui um lapso que são dois lapsos, que é o período de carência, que é a partir do qual se começa. Imaginemos que há uma proposta que, dizem, começam logo a amortizar o empréstimo. Ao pedem outra há não. Ao fim de três anos, a análise para ver quem é o vencedor vai ser condicionada e depois vai haver uma escolha que é subjetiva.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Já respondi antes, já terminou as questões, as dúvidas. Sr. Presidente, para esta semana.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Não temos mais ninguém escrito. Temos. Não, não, não, não.

HUGO PEREIRA - PRESIDENTE DA CML

Mas isto está. Estava. Isso foi discutido? Não. Pode não estar aqui, mas isso estava definido. Essas outras duas condições estão, que é a ideia constante. Claramente, foi o que foi combinado. Era ser constante e não ter período de carência e começar. Sim, sim, sim. E era e era ser constante. Também não há necessidade de se não ser. Sim, prestações constantes. Não há necessidade disso.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Portanto, ficou esclarecido.

RUI ARAÚJO (PSD)

A situação fica aí, mas acho que fica fácil. Falta estar aqui no documento porque depois eu pelo menos gostava de ter isso. Ou gosto e assim não. Eu não me sinto confortável a votar a favor de uma coisa que não vem fixa, Sr. presidente. Garanto me que vai ser assim. Mas faz me lembrar a penalização que nós tivemos no Tribunal de Contas. Foi porque eu fiz uma série de questões, havia um documento e depois fomos. Tivemos um risco de correr uma multa porque não havia aquilo exatamente que eu perguntei e agora é o mesmo. Eu tenho receio que haja um concorrente que ganhe o concurso e que não seja aquele que, aliás, até pode ser o que tem a melhor proposta. Mas e a partir do momento, não estão definidos meus critérios. O que perdeu pode sempre dizer que a proposta dele era melhor, porque uma proposta até pode dar

menos juros à Câmara, mas até. Aliás, até dava zero se não houvesse empréstimo. Mas também pode ser melhor para a Câmara diferir o empréstimo. Pode ser das prestações constantes e o mais usual e é o mais utilizado em Portugal e faz todo o sentido. Mas o período de carência, por exemplo. Quanto a mim, fazia sentido haver um período de carência na fase de investimento. Neste caso, se se pensa que sejam três anos para utilização e de carência, normalmente deveria ser mais do mesmo. No meu entendimento, portanto, eu sinto me muito desconfortável em votar isto sem essas condições estarem asseguradas. Muito obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Sr. presidente.

HUGO PEREIRA - PRESIDENTE DA CML

Não deve estar. Eu por acaso aqui não tenho. Acho que nem sei se é a Assembleia que compete a regras. Compete autorizar o financiamento. Não sei se compete autorizar as regras. Mas nem sequer é essa a questão. Sim, eles só autorizam o financiamento. As regras são definidas pela Câmara, mas nem sequer essa. Acho que nem vou por aí, porque senão vinha aqui dizer que vamos pedir 25 milhões. E autorizam. Não é essa a questão. A gente traz o documento pronto. Agora há ali questões de detalhe que ficaram, ficaram. Quer dizer que não eram tão importantes para a discussão? Obviamente que isto não é. Não é a proposta que depois é que vai ser aberta para concurso público, para a banca. E aí há todo um trabalho a ser feito, isto é, este. Este aqui é a autorização para pedir o financiamento dos 25 milhões e depois temos que preparar um processo de contratação pública de acordo com a lei, com os com os documentos todos. Não é a Assembleia que depois tratará disso. Terão que ser os serviços do município e com a Câmara Municipal. Mas sim, mas é constante essa a questão que está.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Posta ainda.

RUI ARAÚJO (PSD)

Então, tendo em consideração se o Sr. Presidente se comprometer que na altura de abrir o concurso concreto, fixa a taxa é o tipo de prestação que neste caso irá ser constante e que fixa o período de carência. Pode ser três dois. O Sr. presidente pensa que até pode mudar de ideias e ser dois. É preciso é na altura do concurso, quando forem pedidas propostas aos bancos, que estes dois itens sejam fixados antes.

HUGO PEREIRA - PRESIDENTE DA CML

Da comparação para se.

RUI ARAÚJO (PSD)

Poder comparar. Exatamente. Prontos, estão prontos? Eu acho que com claro, temos como boa a palavra do Sr. presidente. E peço é que fique em ata isto que o Sr. Presidente se comprometeu a fixar estes dois. E temos, no caso da proposta, até para melhor segurança de

quando se for comparar, para poder comparar. Exatamente. Exatamente. Então estamos em sintonia. Muito obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Mas alguma intervenção, Sr. José Manuel Freire? Faz favor.

JOSÉ MANUEL FREIRE

Eu acho boa esta situação agora encontrada. São funcionários destes que fazem falta na Câmara.

HUGO PEREIRA - PRESIDENTE DA CML

Queres ser contratado? Para.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Mais alguma intervenção? Fico, portanto, várias boas recomendações, Sr. Presidente, para melhorar a proposta e os serviços. Portanto, para que tudo funcione bem a favor da população, então podemos votar. Vamos então pôr à votação esta proposta muito importante de. Já foi apreciada a proposta da autorização prévia do investimento financiado por empréstimo e de autorização prévia para contratação de um financiamento por meio de empréstimo a médio e longo prazo, no montante de 25 milhões €. Quem vota? Portanto, vamos votar. quem vota contra? Portanto, chega. PSD. LCS. PSD e Bloco. Quem se abstém? Portanto, um voto do chega por abstenção? A CDU também se abstém. O membro do Bloco de Esquerda, Tomé, se abstém, pois as bancadas do PSD e do PS votam favoravelmente e lacres com futuro também. Portanto, desculpem. Portanto, foi aprovado por maioria esta proposta de autorização prévia para empréstimo com 21 votos a favor. Não teve votos contra e teve, portanto, quatro abstenções.

RUI ARAÚJO (PSD)

Sr. Presidente.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Sim, faz favor, Sr. Rui Araújo.

RUI ARAÚJO

Sra. Presidente, é só para dar conhecimento que o nosso voto a favor reflete também a convicção das condições que aqui foram estipuladas pelo membro do PSD e que. E com base no princípio da confiança que o iremos fazer. Muito obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Sr. Paulo Rosário, faz favor.

PAULO ROSÁRIO DIAS (CHEGA)

Informar que iremos apresentar a nossa declaração de voto correspondente ao nosso voto de abstenção. Obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Portanto, não há mais. Se o José Manuel Freire faz favor, nós queremos retificar a nossa.

JOSÉ MANUEL FREIRE

Prestação em vez da abstenção, vota a favor.

MARIA JOAQUINA MATOS (PS) – PRESIDENTE da AML

Pronto, Então. Foram 23, portanto já não consigo recolher 20, 23 votos a favor e duas abstenções. Pronto, é assim, é o Jorge e pronto. Terminámos então esta nossa primeira reunião amanhã. Portanto, boa noite para todos. Amanhã cá estaremos e cá estaremos com a. Portanto, ninguém sai. Portanto, alguém se opõe a que sejam aprovadas em minuta estas decisões, Não? Portanto, sim, Sr.. Amanhã estaremos então para a proposta referente à Carta Municipal de Habitação no primeiro ponto e depois a informação do Sr. Presidente e o ponto cinco, que é um ponto relativamente fácil, penso eu. E terminámos aqui os nossos trabalhos por hoje e até amanhã. Não sei.”

Sessão Extraordinária de julho de 2025

14/07/2025

Ponto 1 da Ordem do Dia

- Apreciação e votação da proposta de contratação de Empréstimo a longo prazo no montante de 25 000 000,00 euros para Habitação -

- TRANSCRIÇÃO -

“MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Cumpriu o tempo, portanto, e disse o que tinha que dizer. Terminámos o período da intervenção do público e vamos então para a ordem do dia e vamos para o ponto um, que tem a ver com uma proposta que vem da Câmara de apreciação e votação da proposta de contratação de empréstimo a longo prazo, no montante de 25 milhões € para a habitação. Eu passo a palavra ao Sr. Presidente da Liga. Ah! Antes disso, temos que aprovar a proposta da ordem do dia. Alguém tem alguma questão a pôr em relação à ordem do dia, aos dois pontos da ordem do dia? Portanto, não havendo. Portanto, está aprovada. E vamos então à apresentação para apreciação do primeiro ponto, Sr. Presidente. Faz favor.

HUGO PEREIRA - PRESIDENTE DA CML

Boa noite. Boa noite a todos. Este ponto já cá tinha vindo uma, uma, uma primeira vez para alteração por parte da Assembleia Municipal, para se dar início ao procedimento de contratação da do financiamento a longo prazo dos 25 milhões € para os projetos de habitação de fogos municipais. É o que está a ser trazido hoje e O1A fase final desse processo, ou seja, com a proposta com base no procedimento de consulta que foram feitas, que foi feito e com base na avaliação por parte do júri da proposta, que reúne as melhores condições para o que aqui está. É a proposta para que seja adjudicada a mesma. A Caixa de Crédito Agrícola, que foi quem apresentou melhor condição, tal como já tinha sido dito na altura. Perdão, o empréstimo que aqui está, a ação dos tais um total do valor dos tais 25 milhões para fazer face ao valor a uma a uma contraparte do dum pacote completo da de construção do dos fogos dos tais 260 fogos que estavam na estratégia local de habitação, que infelizmente há. Desde há muito tempo que não temos qualquer resposta sobre o financiamento. Nem nós nem o país tem tido esta resposta do financiamento que irá haver para a estratégia local de habitação. E, tal como já tem vindo aqui a ser dito, no caso de Lagos em concreto, estamos a falar de mais de 50 milhões de investimento que estão na rua. Estão todos ou construídos ou em construção ou em fase final de adjudicação, num montante global de 50 milhões €, para os quais temos um pré acordo com a possibilidade de podermos ter 4 milhões financiados. Em que desses 4 milhões temos 1 milhão já recebido? Para além dos 4 milhões já gastos já investidos, temos 1 milhão unicamente recebidos, pelo -3 milhões contratualizados e não pagos e 46 milhões que pouco têm servido. Cartas ao povo que tem servido de cartas ao Sr. Ministro das Infraestruturas. Ao Sr. Ministro da Coesão para saber como é que se vai ou não vai haver

financiamento via PRR via creche via BEI. E obviamente que isso é para ter a ideia os últimos dois que foram para a rua, Os concursos que foram para a rua na semana passada. Estamos a falar de quase 13, 14 milhões €. Desde Outubro que estavam disponíveis para ir para concurso e, obviamente, não houve resposta. Tendo que ser os concursos abertos com financiamento próprio, não é possível meter 50 milhões com fundos próprios nos no tempo. No tempo que se desejava. Mas ainda assim temos. Tendo sido possível que ainda assim, atendendo ao Orçamento do Município e com este, obviamente com esta garantia que a banca iria dar este apoio ao Município de conseguirmos meter. Agora, obviamente, lamentamos a falta de resposta por parte do Governo de uma resposta que competia e muito também ao Estado, que é a questão da habitação e já não digo fazê-las, mas pelo menos ajudar a financiar. E infelizmente isso não aconteceu. Mas ainda assim, acho que aquilo que é importante referir é que, ao contrário de muitos municípios que ainda estão numa situação de ter os processos, se calhar grande parte deles terminados, mas sem poder ter fundos disponíveis para colocar em concurso. Pelo menos nós conseguimos com atraso, mas conseguimos colocar na rua e lamentamos e esperamos que venham boas notícias. Dentro de pouco tempo, porque acho que chega de falta de respeito para os municípios por não haver sequer uma resposta por parte do IRU ou dos ministérios que tutelam as duas áreas, seja da coesão com financiamento ou das infraestruturas com a parte de habitação. Acho que é uma grande falta de respeito pelo país. Mas de qualquer maneira, aquilo que aqui está são o financiamento e as condições. Também foi nos solicitado e nós enviamos as propostas dos vários bancos. Mas se houver aqui alguma questão que seja necessário esclarecer, estarei disponível.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Portanto, Sr. Fernando Ildefonso, penso que fui o primeiro a escrever. Muito obrigado.

FERNANDO ILDEFONSO (LCF)

Muito obrigado. Um sobre isto que acabou agora o Sr. Presidente de fazer referência. o facto de não ter havido ainda respostas, ainda porque elas poderão vir? É a pergunta que nos parece melhor configurada também neste contexto e se o empréstimo tinha que ser 1 a 3 meses ou dois meses e pouco antes das eleições, se tinha que ser já e se não se poderia fazer nem tempo oportuno. Até porque poderá haver respostas destas entidades que aqui acabou de referir. Porque é que temos que fazer já esta operação com esta urgência toda, quando na verdade ainda poderão vir respostas e não nos parece que eh a pressa com que se irão desencadear estes projetos. Eh. Vá fazer a diferença entre dois meses ou três ou quatro meses. Portanto uma explicação para isto, porque isto também nos parece um bocadinho a uma medida um pouco eleitoralista porque estamos perto das eleições e de alguma maneira parece que querem mostrar que estão a trabalhar, quando na verdade passamos dez anos a aguardar que a habitação tivesse um bom investimento e não teve. E agora de repente parece que é tudo em cima da hora. É uma explicação da sua parte. Sei que irão ser colocadas questões mais técnicas que ficarão para outra bancada. Muito obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Tem a palavra o Sr. Paulo Rosário, Faz favor.

PAULO ROSÁRIO DIAS (CHEGA)

Muito obrigado, Sr. presidente. Cumprimentos à mesa, cumprimentos ao Executivo e a todos aqui no auditório, os nossos membros e a quem nos segue lá em casa. Este assunto realmente já foi aqui discutido. Quando foi o compromisso, a assunção do compromisso? A nossa dúvida mantém-se. Portanto, o Sr. Presidente tem investido algum tempo a referir as circunstâncias ou as barreiras causadas pelo sistema e pelo governo em comprometer-se e confirmar os financiamentos. E também referiu ainda que este empréstimo seria para colmatar essas falhas e que seriam amortizados na medida em que essas falhas seriam devidamente colmatadas pelo governo. Mas, no entanto, não está nada plasmado nos documentos. Os documentos apenas têm aqui uma referência que será para projetos de investimento, nomeadamente habitação, mas não existe qualquer referência a que seja amortizado, mediante haja confirmação dos compromissos assumidos pelo Eru e pelos programas do Governo. Portanto, por esse motivo, é muito difícil para nós aprovarmos este empréstimo e mantermos o mesmo voto que tivemos na outra, noutro momento. Obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Tem a palavra o Sr. Rui Araújo, faz favor.

RUI ARAÚJO (PSD)

Muito obrigado, Sra. presidente. Queria dizer uma boa noite a todos os presentes Câmara Municipal, membros da Assembleia e público aqui presente e que assiste através das redes sociais. Eu tenho. Nós compartilhamos daquilo que foi ou subscrevemos, aquilo que foi dito pelo membro da Laques com futuro sobre o timing do empréstimo. Totalmente o que ele disse. No entanto, nós temos aqui algumas dúvidas de carácter mais técnico. Como o Sr. Presidente disse e bem. Na primeira reunião nós aprovamos, pré aprovamos o convite para a abertura do concurso. No fundo, para o empréstimo e na altura nós sugerimos que se fixassem as amortizações ou as prestações ou prestações constantes ou prestações decrescentes, ou amortizações crescentes ou decrescentes. E porque tínhamos que acontecesse aquilo que aconteceu agora, nós tivemos aqui a informação. E bem, fez-se a comparação com o spread de um determinado dia. Com a Euribor num determinado dia, para poder fazer a simulação entre os vários. As várias propostas. Só que fizeram-se. Fez-se uma simulação com as amortizações constantes. E houve propostas que não. Que não houve bancos que não propuseram amortizações constantes, mas prestações constantes. e torna-se muito difícil comparar as propostas e. E depois temos aqui a informação, daí a dúvida que nos surgiu. Temos aqui a informação número 34.503 que sugere que seja desenvolvido o processo com vista à contratação do empréstimo junto da Caixa Agrícola Mútuo do Algarve, com condições de amortizações trimestrais e depois, no quadro que vem anexo, aparece uma simulação da caixa da Caixa Geral de Depósitos. O que é que nós pensamos? Isto é um lapso. E por isso nós requeremos à Sra. Presidente da Assembleia que pedisse as as propostas das várias empresas, porque poderia ser um lapso. Só quando nós vamos ver as propostas das empresas, a proposta vencedora não faz este tipo de proposta. Faz uma proposta de amortização de capital crescente e prestação constante e por isso a empresa no final do período caso A taxa de Afonso, esta que foi feita na simulação, iria receber mais dinheiro. Portanto, poderia ter um

spread menor do que as outras empresas. Portanto, estamos a aprovar. Então estamos a propor aprovar aqui uma proposta que não foi aquela que foi apresentada e, no nosso entendimento, trata-se de uma conformidade. Não podemos votar uma proposta apresentada por uma empresa que não foi ou por um banco que não foi apresentado por ele. Muito obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Ora, Ana Paula, faz favor, tem a palavra.

ANA PAULA VIANA (CDU)

Ora, boa noite a todos. De facto, não tive a oportunidade de ver o que é que cada uma das entidades tinha respondido, porque o medo só chegou eram 20 e dez de hoje. Mas de qualquer das formas também se coloca essa dúvida. Então, para que o esclarecimento que o membro do PSD agora colocou? Por outro lado, quando me inscrevi agora para falar, a ideia era perguntar ao Sr. Presidente se o Estado, o governo entrar com montantes, onde é que isso está plasmado ou se este contrato que vão celebrar com este empréstimo, se é possível ser amortizado ou não.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

No caso de saúde tem a palavra.

CARLOS SAÚDE (PS)

Boa noite a mesa. Boa noite Sr. Presidente. Vereadores. Aos colegas de assembleia e a quem nos ouve lá em casa é. Que eu saiba em termos de este. Este projeto já foi apresentado aqui há algum tempo para nos dar pronto para dar seguimento a este processo. Isso foi aprovado na Assembleia. É aprova. Portanto, não estou tão de acordo com o que foi dito pelos lagos em forma de lagos com futuro, porque é as eleições. Isto é recorrente todos os anos e eu pergunto sempre à oposição quando é que os gestores. Portanto, quem está nas juntas é quem está nas câmaras deve deixar de trabalhar, porque tudo, a partir de uma certa altura é por causa das eleições. Então será um ano antes que se Para uns projetos. Porquê? Quer dizer. Para aparecerem projetos, construção hoje e projetos que estão a ser criticados, não é? Pelos vistos. Porque se critica? Porque não se fez? Quando se fazem, critica, se estão a aparecer à pressa, quer dizer, como se fizessem projetos, como se fosse possível fazer projetos de habitação à pressa. Portanto, está aqui plasmado. Depois, sobre aquilo que estamos a aprovar hoje os prédios, as condições, os técnicos da Câmara, o júri achou que este era o melhor financiamento. Eh. E, portanto, o PS irá votar favoravelmente. Não me estranha nada que o chega. Vá votar contra por tudo o que tenha dito em relação à habitação nesta Assembleia. O CHEGA votou sempre contra. Votou contra a aquisição do Marina Park. Dois os terrenos por 9 milhões. Vota contra o empréstimo? Quer dizer. Critica-se porque não se faz. Mas também por vontade do chega. Havia necessidade de se votar contra este projeto. Portanto. O PS está de acordo com este empréstimo. Para que a Câmara tenha folga para poder cumprir com as suas promessas e que haja mais habitação e lagos. Porque é bem necessária. E essa foi um dos compromissos que o PS teve nas eleições autárquicas. Bem dito.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Sr. Fernando Ildefonso, faz favor.

FERNANDO ILDEFONSO (LCF)

Obrigado, Sra. Presidente. Só para corrigir o Sr. Carlos que não ouviu bem ou não interpretou bem. Mas ninguém aqui se posicionou contra qualquer projeto. Portanto, ninguém disse. Essas palavras só saíram da sua boca por livre arbítrio, porque ninguém o disse aqui. Talvez esteja. Seja melhor estar atento ou pedir um esclarecimento antes de afirmar coisas que não são ditas. O que se falou e eu repito. E nós podemos dizê-lo Porquê? Porque temos defendido sempre o investimento na habitação é peca por ser muito tardio. E temos falado muitas vezes sobre isso. Portanto, qualquer projeto de habitação em Lagos tem o nosso apoio incondicional. O que está em causa é o timing em que se desenrola um processo complexo de um crédito com este valor. Quando se ainda aguardam, quando ainda se aguardam respostas sobre hipotéticos financiamentos, sejam eles de onde vierem, não importa, Podemos aguardar. Agora, se eh, eh eh! Se a demora for longa, pois pelo menos o que se disse era deixem a ver as eleições e imaginando que outra força partidária ocupa e vence e vence as eleições, ocupa o poder e vence as eleições. Há um comprometimento, há um condicionamento à priori de tudo o que esse executivo possa vir a ser feito. E, portanto, não é por mais dois meses e meio que estamos das eleições que se irá perder. eh alguma coisa na rapidez com que os projetos vão ser viabilizados. Por isso ninguém está contra a habitação. Pelo contrário, estamos é a questionar e questionar o timing em que isto é feito. Apenas isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Carlos Saúde tem a palavra, faz favor.

CARLOS SAÚDE (PS)

Pois eu volto a perguntar quando é que os executivos camarários têm que deixar de trabalhar em relação a oposição? Porque dois meses e meio mas tomadas de posse são três meses mais conhecimento de processos, mas são quase 6 a 8 meses ou depois, se não quiser ainda mais tempo. Portanto, se urge a habitação, este executivo, que eu saiba, tem toda a legitimidade, todo o direito de levar a frente os projetos. Porque carga de água é que agora irão ficar de braços cruzados? Dois meses e meio à espera das eleições? Eu acho que era bom que dissesse que o executivo camarário tem toda a legitimidade em proceder a este processo, em lançar a obra, em levar o processo o mais rapidamente possível, porque como disse e todos nós reconhecemos, está atrasado efetivamente. Mas não vamos atrasar mais a espera de uma hipotética resolução do partido ou não, porque até que seja o PS a continuar na gestão camarária e não só, portanto acho que têm toda a legitimidade, têm de fazer o seu trabalho e para isso é que foi eleito e portanto não vejo porquê atrasar mais. No mínimo seria seis meses. Tenho dito.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Mas alguma intervenção, Paulo Rosário Faz favor.

PAULO ROSÁRIO DIAS (CHEGA)

Obrigado, Sr. Presidente. Só um pequeno reparo que se calhar o um membro do PS anda um pouco menos atento às reuniões. O CHEGA não votou contra este orçamento e não irá votar contra esta proposta aqui em discussão. O voto que vai ser mantido é o voto que teve no outro ponto que foi de abstenção.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Mais alguma participação da Assembleia? Portanto, Sr. José Manuel Freire, faz favor.

JOSÉ MANUEL FREIRE (CDU)

Ora então muito boa noite a todos, Sr. Presidente. Da nossa parte, o fator novo que houve na discussão e na avaliação deste ponto foi aquele que foi introduzido mediante esta documentação que foi enviada às oito e pouco da noite. Portanto, o resto da nossa parte, temos consciência que nem de hoje nem de ontem e há décadas que se prepara sempre o obras para que no final de um mandato se possa usar isso como arma em fim eleitoral. Mas isso, todos esses todos fazem isso ao longo dos mandatos. E portanto, aqui também não temos nada de novidade em relação a este. Esta questão de ser agora ou depois. Nós não contribuimos para o atraso desta situação. Basta ver o apanhado que apresentámos quando foi do debate do Estado do município. O tempo que se tem levado desde há dez anos para cá, para entregar 17 fogos e portanto vamos atrasar isto com mais soluções. Penso que não vamos contribuir para melhorar esta situação. O que há é que esclarecer aquilo que foi aqui introduzido com esta informação, agora à última da hora, sobre a questão. Em concreto, portanto, da atribuição à Caixa Geral de Depósitos da nossa parte. Sr. Presidente, fizemos hoje um requerimento que gostaríamos de. Enfim, manifestar uma preocupação que queríamos ver discutida na próxima Assembleia de Setembro, que era o resultado da aplicação dos fundos do PRR na sua generalidade na Câmara Municipal e pedimos dados sobre este assunto e remetemos a esta discussão mais geral, não esta agora que está concreta aqui neste ponto para 15 de Setembro. Agradecendo as diligências do Sr. Presidente no sentido de resposta ao nosso requerimento para podermos agendar esse ponto para a ordem de trabalhos de Setembro. Em relação a este assunto, aguardamos as respostas do Sr. Presidente sobre esta último dado que foi apresentado para cima da mesa agora esta noite.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Maria João, faz favor a mais alguma hora?

MARIA JOÃO BATISTA (PS)

Boa noite. Sr. Presidente, Muito obrigada Sr.es vereadores, Sr. Presidente da Câmara também, Estimados colegas e o público que nos ouve lá em casa e que está aqui presente a isto, dizendo que governar abstendo se sem compromisso é muito fácil. É muito fácil estarmos a opor e dizer que não se faz e não se fez e nos fazem e a gente faz, mas sem se comprometer. Ninguém faz nada. É aquilo que as pessoas precisam. É menos compromisso. É política. Sem compromisso não vale nada. E pessoas que estão cá, que não se querem comprometer, também não vale nada. É realmente e tardiamente. Já há muito se tem feito. São processos

muito longos. Quero lembrar que o Sr. Presidente, há bocadinho, referiu o seguinte Já há 4 milhões de investimentos executados que só foram. Só se recebeu 1 milhão do PR. E neste momento é preciso agir. Já há muito que é preciso agir. Porque eu faço. Permitam me lembrar não é que mereço recordar que estão a decorrer um concurso de construção de 104 apartamentos destinados ao arrendamento, a uma habitação colaborativa a construir nesta gala em Lagos orçados para 19 milhões €. Permitam me lembrar que esta abertura foi feita a abertura de concurso para empreiteira construção mais 20 fogos em Safim com 51 fogos em Largo de Santo Amaro. Estas duas intervenções são cerca de 11 milhões €. Etc, etc, etc. E para fazer face está a voltar a carteira de investimentos. Como foi explicado, e perante as incertezas que também foi já explicado, relativas as candidaturas apresentadas financiamento integradas no Programa de Apoio à Habitação e tendo em conta o orçamento que Câmara tem disponível. A Câmara disponibilizou se para fazer face a isso e decidiu financiar se junto da banca, recorrendo ao empréstimo de 5 milhões. Considerando que tem maneira de se financiar junto da banca, Não é, não é para os Sr.es vereadores, é para o Sr. Presidente andar a passear e para os dirigentes ter em casa. E isto é urgente e para ontem. E nós vemos os primeiros a nos comprometer com isto. E sou obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Nós não temos mais nenhuma inscrição, não. Portanto, Sr. Presidente, passe lhe agora a palavra.

HUGO PEREIRA - PRESIDENTE DA CML

Fala muito bem. Pois isto de achar que isto começou agora é que é por acaso, de estarmos a dois meses de eleições mostra muito daquilo que se sabe ou muito daquilo que não se faz a mínima ideia do que se anda cá a fazer. Porque quem pensa que fazer fogos é abrir uma gaveta e entrega-los e não ter a mínima noção do que é contratação pública, do que é conseguir adjudicar projetos de especialidades e abrir concursos de empreitadas. É ter este. Este financiamento adiado? Como? Como foi? Um é achar que é por estar há dois meses. Pronto, é óbvio que é, é, Que nós não trabalhamos para essa agenda, apesar de percebermos que a oposição anda aí. Anda muito aflita e anda a usar muito esse argumento por estarmos próximos das eleições e pelo menos aqueles que irão ser candidatos. Se calhar nem todos o irão ser. Andam aí muito aguçados e todos contentes que as coisas não acontecem ao ritmo, que eles provavelmente nunca iriam conseguir fazer nada. Mas quem pensa que isto é e é salutar e tem dez anos, não tem 11 anos. Querer dizer que há dez anos não se faz e não ter a noção de como é que a Câmara estava e ter andado aqui a fazer de conta é querer fazer política baixa como infelizmente a temos. Tem nos habituado, mas também tem tido esses resultados de que é cada vez mais saírem reforçados de eleições para ir para eleições como oposição. Porque na verdade, as coisas não são assim. As coisas são, são feitas, têm que ser feitas com conta, peso e medida. A estratégia local de habitação em boa hora foi metida na ordem do dia em 2019 2020. Foi quando passou a existir verbas para que os municípios pudessem substituir ao Estado para fazer aquilo que o Estado não fazia, que era fazer habitação ou pelo menos financiar habitação. E daí para cá é que se começou a trabalhar na. Neste que é um projeto, que é um projeto muito ambicioso para o país, que foi assinado, a meu ver, num parecendo que não conhecíamos o país. Porque queremos também que num

espaço de cinco, seis anos se metessem 26.000 casas, mas não sei quantos milhões de outras coisas e parecer que não se conhece o país e voltar a insistir nesse erro, porque na verdade ninguém consegue fazer num espaço curto de tempo tantas obras no país. E é querer insistir nisso e querer. Não digo enganar as pessoas, mas fazer passar sem mexer na legislação de contratação pública e claramente não se conseguir ir, não se conseguir ir muito além, mas ainda assim aquilo que mais atrapalhou. Posso vos dizer que foi, por exemplo, o que foi dado aqui, o exemplo os 104. Foi numa segunda tentativa, numa segunda tentativa, com o projeto de execução é que foi possível cumprir o projeto, porque a primeira, a primeira empresa, abandonou o projeto. Também diz que não tinha condições para o fazer. Portanto, isto para dizer que a contratação pública é realmente muito, mas muito complicado. Pronto, isto para dizer que não é hoje a dois meses das eleições e há muito mais, porque as coisas levam mesmo muito mais. Em relação ao empréstimo em concreto, pois também estávamos em Fevereiro, depois de termos ouvido o mercado, quando deixamos de ter respostas em Outubro a perceber que o mercado estava disponível para emprestar, que em Fevereiro que o assunto vem cá. Isto depois. A contratação do empréstimo leva o seu tempo e estamos hoje aqui não a abrir um procedimento, mas sim a adjudicar para que o dinheiro fique disponível no dia a seguir e daí também a crer hoje. Dizer que estamos agora a fazer. Não estamos hoje a terminar um processo que tem meses para que haja a garantia que isto não atrasa mais depois do tempo de atraso, que já tem outra coisa. E depois o que é que vai acontecer E não está no processo, obviamente, ou não ter lido ou não me ouvirem, já que não leem, pelo menos ouviam que o financiamento é até 25 milhões e será unicamente utilizado o valor estritamente necessário para fazer face a parte não comparticipada a que venha a existir. Isto é, se nos 50 milhões que ali estão. Se formos financiados em 50 milhões a fundo perdido, o valor do empréstimo será 0 €. Isso foi dito desde o princípio ter passado este tempo todo, virem para aqui hoje fazer umas perguntas que fizeram. Não sei o que é que posso dizer. Posso repetir aquilo que já disse? Eh eh eh. Não está escrito, não está escrito. E é ver o documento que vem outra vez e ver o que está. Porque o financiamento que está e sem para utilização único e exclusivo do valor que que será à parte não financiada, é a amortização às amortizações serão também sem penalização. O valor será usado todo aquele que seja necessário. Isto já foi dito N vezes e depois eu posso repetir. Se quiserem perguntar outra vez, eu volto a dizer pela terceira, pela quarta vez. Pronto, isto para dizer em relação à questão do cheque, já foi dito pela bancada do PS. Pois não queira. Se não quer utilizar a palavra que é contra que é certo é que não viabilizou a aquisição de um terreno para fazer face à possibilidade de podermos ter um sítio para colocarmos mais 1000 fogos disponíveis para a cidade e não viabilizou a. Inventou os argumentos. O que é certo é que foi votado por todos, a exceção do chego chega. Foi o único que achou ou que não era necessário. Ou argumentou porque é a especialidade também. Uma outra razão, e aqui também poderá não financiar por não poderá não ser a favor do empréstimo a razão que entender. Mas isto é uma explicação, a explicação e não quer ter a solução para os problemas ou eventualmente terem uma varinha mágica que a gente também conhece qual e que não é a verdadeira. Portanto, em relação à proposta, aquilo que quer, os fatores que foram verificados e é este que depois também serviu de viabilização, é a comparação do total do custo do juro no final, que é o mapa que vem junto e era o mapa que seguiu, quanto também referem só às 08h00 que chegou não o que tinha sido enviado para aqui. E a avaliação da avaliação do júri. Com base no estudo que o júri que o júri fez com

base nas propostas todas. Depois. No caso o membro da bancada do PSD, o Dr. Rui Araújo. Ao final da tarde e com o alerta que acabou por haver da Sra. presidente, se não tiver a resposta, também não tinha vindo em tempo. Mas não temos aqui também nada a esconder. Pediu para ter acesso às propostas e nós pedimos. Eu pedi para digitalizar e enviar. Agora, o que aqui está em causa não é? É melhor dizendo, para não usar a palavra, não é? É o que está aqui em causa, é aquilo que serviu de comparação e é aquilo que será. E foi e é aquilo que vai ser. Que está aqui hoje a ser proposto e com base nas propostas de todos. Foi feita a avaliação do por parte do júri para o total do custo do empréstimo, que são os juros que no final serão pagos no caso de irmos a utilizar. Porque? Porque volto a dizer, se por milagre conseguirmos que o Estado nos reembolso os 100% da do pacote da estratégia Local de habitação. Este empréstimo poderá ser usado em 0 € porque é esse a essa condição. E era muito bom que assim fosse, mas duvido. Apesar de hoje termos sido aqui mais uma janela de oportunidade que é a possibilidade neste momento no próprio cresce, vir a financiar a habitação e nós já mandamos o nosso ponto de situação para lá. E no caso de se abrir? E se conseguirmos pelo menos 75% ou 60% até estarmos neste momento em condições? Porque temos a maturidade toda, Como disse, porque as propostas estão todas na rua, não há uma que não esteja aprovada e as últimas, como disse que foi aqui referido, foram a última reunião de câmara. Estão todas na rua, têm todas mais do que maturidade para ter, para ser financiados pelo CRESS. E numa situação dessas, admitindo que iam aos 100%, que era o que obviamente nós queríamos, este financiamento pura e simplesmente cair pronto para quê? Também quem está com problemas que vão ouvir a eleições e depois os coitados que vem a seguir? O que é que vão fazer? O que vão fazer? E se isto não estiver financiado, Como? Como irá estar? Tenho a certeza, por pôr a aprovação hoje da reunião da Assembleia e ou se não houvesse a seguir um financiamento via PR, que duvido que o Estado quando não responde e porque não vai, não vai ceder ao apelo que tarda em chegar. Ou pelo um crash. O que ia acontecer era quem chegasse a seguir, fosse eu ou fosse outro. Nem daqui a um ano haveria forma de regularizar. E com esta situação temos a garantia que estes processos não param mais, que já pararam tempo por demais. Pronto, E daí que o risco é zero para quem vem? Acho que quem vem a seguir só terá que aproveitar aquilo que esta Assembleia irá hoje aqui aprovar. E o risco é nenhum, porque como vos disse e volto a dizer, para que não restem quaisquer dúvidas, apesar de já ter dito repetidamente na última Assembleia, é que só será utilizada a verba que seja estritamente necessária. Isto para dizer o quê? Neste mapa, por exemplo. Neste mapa estão aqueles que já estão terminados e que já recebemos parte deles. E nem sequer esta questão aqui será outra. Outra questão que aqui está, por exemplo, ainda estamos em relatório prévio, mas por exemplo, o Gal. O grande 16 Gal. Dos 104 fogos, o valor, o preço base são à volta de 19 milhões redondos e a proposta que neste momento está em primeiro lugar. Mas volto a dizer, está em relatório prévio são 14.000.800. Ou seja, estamos aqui a falar de 4 milhões e é qualquer coisa a menos do que a proposta base. Por isto, para dizer o quê? Eh eh eh eh eh eh. É um valor que ainda é mais baixo do que aquele que, ao substancialmente mais baixo do que aquele que estamos hoje a pedir, a usar como referência para o financiamento. Mas pronto, como vos disse, isto. A questão que aqui está é o mapa anexo. Acho que também não duvidam que ele estava. Se não está aqui, neste, está no outro. E com base naquele valor que se entendeu a servir de referência. Porque obviamente, não pedimos cheques em branco, porque o Tribunal de Contas também não o não o ia aprovar. Nós não pedimos 25 milhões

para gerir. Pedimos 25 milhões para fazer face a um investimento de acordo com aquele mapa que é a parte. Sim, e para a parte que não existe, está a terminar agora. Não há ou não há? Também peço desculpa que eu não estava a olhar porque é sempre um apito. Foi por isso é que não parei. Pronto. Mas esperem para única e exclusivamente por essa. Para aquele mapa que ali está e nada mais.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Alguma questão, portanto, ainda por parte da bancada, portanto. O Rui Araújo e depois do Sr. José Santos? Sim Sr..

RUI ARAÚJO (PSD)

Obrigado, Sra. Presidente. Só para dizer o Sr. presidente não respondeu a minha pergunta. A Caixa de Crédito Agrícola. Fez uma proposta de prestações constantes que dá cerca de mais 450.000 € de juros. No total. E houve bancos que propuseram prestações constantes e houve bancos que propuseram amortizações constantes e outros das duas. E nós? Quando o empréstimo veio cá para abrir? Eu sugeri O Sr. presidente comprometeu se a fixar isto porque não dá para comparar. Nós estamos a aprovar a proposta que vem aqui do por parte da Câmara e a aprovar uma contratação de um empréstimo que a própria Caixa Geral Caixa de Crédito Agrícola não propôs. E que não propôs. Eles propuseram prestações constantes porque eles têm um spread mais baixo do que outras entidades, porque o tipo de prestação é diferente. Se o tipo. Se à prestação. Se a amortização fosse constante, eles iriam ter um spread maior. Como é óbvio, é difícil de explicar isto tecnicamente. Mas eles fizeram uma proposta que não é a que estamos a aprovar. Nós, o fixo, o comparar as propostas dos vários bancos, fixando a taxa Euribor daquele dia. Tem que se fazer para poder comparar e ver o total dos juros. Mas só que a proposta que eles fizeram não foi essa. Nós não podemos estar a aprovar uma proposta que não foi feita. Muito obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

O Sr. José Santos faz favor.

JOSÉ SANTOS (BE)

Ora boa noite a todos, aos presentes e aos que estão a nos ver lá em casa. Eu estou me a basear aqui neste quadro. A análise das propostas, o quadro um que diz no na última alínea ou na última coluna Custo total. Isto bate certo, mesmo havendo modalidades diferentes ou não? Bate pronto e pronto. Consoante o que foi aqui apresentado. A explicação dada pelo Sr. Presidente pronto, era algumas dúvidas que o Bloco tinha, mas já estão esclarecidas. Obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Rui Araújo.

RUI ARAÚJO (PSD)

Esclareceu Muito obrigado. Memória errado. Não dá a mesma coisa.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Mas alguma intervenção por parte dos membros da Assembleia? O Sr. Presidente, De facto a Câmara esgotou, Mas se entender, portanto, já não há mais nada a esclarecer. Vamos então proceder à votação.

JOSÉ SANTOS (BE)

Desculpe, Sr. Presidente.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Mas o José Santos sim, Faz favor.

JOSÉ SANTOS (BE)

Ao Sr. Presidente. O Bloco de Esquerda gostaria de saber exatamente perante o que o Rui Araújo acabou de dizer e perante o que Sr. Presidente acabou de dizer perante o quadro que está aqui à nossa frente. Eu gostaria de saber o que é que isto dá. Então, se estes números são o que o Rui Araújo está a falar, gostaria de ser esclarecido, não é? E acho que toda a gente Ou não.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Terminou a sua intervenção, Atenção Sr. Rui Araújo, faz favor então Obrigado.

RUI ARAÚJO (PSD)

Se forem ver a proposta da Caixa Agrícola fala no final da primeira página prestações trimestrais, pois dissipadas constantes de capital e juros quer dizer que a prestação total é constante, ou seja, é a prestação que é constante. A amortização e o pagamento da parte capital aqui não é o somatório das duas, portanto, não é. Esta é o que vocês propõem aprovar é uma amortização constante, é nas prestações constantes. A amortização é crescente, não é constante. Vocês estão a propor nos. A Caixa Agrícola propôs nos vender uma mesa amarela e vocês estão a nos a propor a aceitar a proposta da casa agrícola e comprar uma mesa. Eh, preta ou encarnada? É o que vocês nos estão a fazer. Nós não estamos a votar aquilo que foi proposto e eu alertei para esta situação na reunião que aprovamos a contratação para fixar o tipo de prestação e foi nos garantido pela Câmara que iam fixar, porque se não tivesse acontecido isso não havia esta barraca, porque o que é que acontece? Nós temos vários bancos. A Caixa Agrícola propõe prestações constantes. A Caixa Geral de Depósitos não diz qual é que é. Até se pode pressupor que pode ser qualquer um deles. O Millennium propõe as duas hipóteses. O Montepio propõe amortizações constantes, que é isso que foi analisado naquela proposta de comparação. Por exemplo, os bancos têm diferentes, mas neste caso, à Caixa Agrícola não propôs amortizações constantes. Portanto, nós não podemos aprovar uma coisa que não foi proposta. Muito obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Fernando Ildefonso, Faz favor.

FERNANDO ILDEFONSO (LCF)

O Sr. Presidente Este. Este assunto, colocando a questão como foi colocada e já foi colocada duas vezes e não foi nada contrariado até agora. Este é um documento que vai ao Tribunal de Contas. Nós não podemos estar aqui a assumir responsabilidades com base nestes equívocos. Portanto, o Sr. Presidente diz está tudo esclarecido, mas parece me não estar. E convinha então esclarecer cabalmente e argumentar objetivamente. Esta situação foi aqui levantada do ponto de vista técnico e porque também o nosso voto vai ser condicionado por esta. Por estes esclarecimentos. Portanto, não é só dizer que está tudo esclarecido. Na verdade, não está.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Não temos mais inscrições da parte da Assembleia. O presidente sim.

HUGO PEREIRA - PRESIDENTE DA CML

Já disse que está. Mas já percebi que há duas bancadas que não vou conseguir esclarecer e não há qualquer risco para o Tribunal de Contas. Também não tenho medo do Tribunal de Contas. Já percebi. Já deu várias vezes sinais de ter medo do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas não faz mal. Tribunal de Contas não faz mal a ninguém. Portanto, pode ficar descansado. No limite, se houver alguma dúvida, o Tribunal de Contas eles pedem para esclarecer e não e não visam isso não. Não tenha medo. Eu já lhe disse quem tiver medo, como as vezes demonstra, tem que repensar, tem que repensar seriamente, continuar nestas funções. Deixa me lá falar que eu não o interrompi. Se respeitar as regras e arriscar, ter a coragem que às vezes não tem aquilo que é aquilo que não. Não tenha medo disso. Não tenha medo, não.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Não tenha medo.

HUGO PEREIRA - PRESIDENTE DA CML

Não tenha.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Medo. Sim.

HUGO PEREIRA - PRESIDENTE DA CML

Isto é preciso ter coragem, Sim. Isso é que quando não é que é perigoso? Sim, não há. Já está mais do que esclarecido. A avaliação foi feita, está. A comparabilidade foi garantida, foi deixado e foi devidamente esclarecido, tanto junto da banca, tanto no dia da abertura, como eh como depois isto foi a audiência. A audiência prévia junto de todos foi aceite pelas partes. Não há qualquer dúvida. O que é? O que é comparável? É a aplicação do juro. Como aqui está, é o custo total, como aqui está. Se houver, que se houver estas dúvidas todas, depois quem é que se quiser abster, abstém se ou vota contra? Não há essa dúvida. Estamos é do Tribunal de Contas para esclarecer a seguir. E se persistirem essas dúvidas por parte de quem tem que visar. Eh. Faz se o esclarecimento dos serviços e os júris esclarecem. Portanto, eu

acho que não há razões nenhuma para isso. E a avaliação está feita. Está feita. Pelo menos para mim, enquanto presidente do júri. Mas até, e não obviamente, não querendo saltar, porque existe um três técnicos nesta área que avaliaram de lés a lés e foram os interlocutores em quem eu confio plenamente no seu serviço, na sua, na, nas suas competências. Por isso eu não tenho qualquer dúvida. Portanto, quem achar que que acha que eh que estão esclarecido, está por esclarecer estas dúvidas da parte do júri que é que não se sente confortável e que tem medo de arriscar e enviar para o Tribunal de Contas, porque pode haver isto ou aquilo, Pois tem sempre isto. Não, não e não. Acho que não haverá razões nenhuma para isso, nem há risco nenhum para isso. Mas se acharem, pois há sempre isso, há sempre essa hipótese de não, não viabilizar. Eu não tenho qualquer dúvida. Não tenho estas dúvidas que persistem por parte da, em especial do Dr. Rui Araújo. Eu não a tenho. Se foi devidamente esclarecido, foi devidamente debatido e os critérios foram encontrados. E o cálculo do juro será aquele que está. Está despachado e que foi aceite. E volto a dizer, houve audiência perante todos os concorrentes e foi esclarecido o que é que estava a ser adjudicado. Volto a dizer, pois há coisas que eu não consigo explicar. Há meses que eu não consigo tirar a quem acha com eles e que consegue ganhar. Eh eh eh eh eh. Força para deixar de ter medo. Quero continuar até receoso. Pronto, aqui eu não posso, eu não vou alterar, Não consigo alterar o voto, nem tenho como votar. Já votei no sítio que tinha que votar.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Portanto, sim, tem a palavra. O Sr. doutor é que.

FERNANDO ILDEFONSO (LCF)

Obrigado, Sr. Presidente. É que o discurso do Sr. Presidente parece que é uma forma de pressionar e de passar uma ideia errada, Equívoca e falaciosa daquilo que se está aqui a discutir. Não é uma questão de ter medo, não é uma questão de não ter coragem. Porque é que leva o discurso todo para a subjetividade, quando na verdade, o que estamos aqui a pedir lhe é que seja objetivo e esclareça, com base na argumentação daqui da bancada do PSD, a dúvida que foi levantada. Portanto, essas ilações todas, essas conjeturas que está a fazer, só desrespeitam este órgão porque estamos aqui a defender a legalidade ao melhor nível possível. E isto é uma questão de legalidade. Ora, se há um contrassenso entre aquilo que o banco apresenta e aquilo que estamos a aprovar, no mínimo tem de ser esclarecido. Agora evitam se estas, estes, estes discursos mais comezinhos e até de baixo nível, que é estar a provocar as pessoas de que têm medo, que são medrosas. Isto não é decente, Não. Da sua parte não lhe fica bem porque está também a afetar a dignidade deste órgão e, portanto, devia haver algum cuidado na linguagem. Mesmo que pense, há coisas que em certos contextos não se devem dizer porque lhe fica mal. Apenas isso. E continuamos na dúvida. De facto, Sr. Presidente. Mas pronto, é o seu estilo e nós já não vamos mudá-lo, com certeza. Muito obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Ora aqui chegados e prestados os esclarecimentos, ainda tem tempo O sr. Rui Araújo E então tem ainda a palavra faz favor.

RUI ARAÚJO (PSD)

Muito obrigado, Sra. Presidente. Se é assim, o voto que eu vou ter irá ser pessoal. E como com a minha formação académica eu nunca podia deixar passar uma coisa destas. Até porque eu sugeria antecipadamente o Sr. Presidente na altura concordou com a minha proposta e disse que ia fazer, mas provavelmente esqueceram-se e agora e não fixaram o tipo de prestação e como é óbvio, irei votar contra porque considero que não, que legalmente a proposta não está correta e tecnicamente também não está correta. A avaliação não está feita de acordo com a proposta. Muito obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Carlos Saúde Também ainda tem tempo? Faz favor.

CARLOS SAÚDE (PS)

Com base nos valores que estão aqui no plano de previsional de serviços. Portanto, todos eles. A proposta mais barata é, efetivamente, a Caixa de Crédito Agrícola. Também reconhecendo que há conhecimento por parte do Rui Araújo da sua parte técnica, acredito também na qualidade dos técnicos e do júri da Câmara Municipal de Lagos. Como tal, não tendo eu esse conhecimento, confio nos no que o júri decidiu e irei. E o PS irá votar favoravelmente a essa decisão.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Mais alguma intervenção do Sr. José Santos? Faz favor também.

JOSÉ SANTOS (BE)

Então eu faria ao contrário. Pegando aqui nesta análise das propostas no quadro um, vamos supor o seguinte cenário Vamos supor que daqui a uns meses a Câmara recebe 50% deste montante e é à Câmara. Portanto, destes 25 só precisa de 12,5 e faz a amortização. Daqui a uns meses a ordem dos bancos. Neste quadro mantém-se. A Caixa Geral de Depósitos à Caixa Agrícola mantém-se em primeiro lugar como resultado de A melhor proposta. E só queria a resposta sim. Não do seu presidente, mais nada.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

O Sr. Presidente já teve. Já esgotou o tempo da Câmara e já teve mais tempo. É o.

JOSÉ SANTOS (BE)

Presidente. É só um sim ou não? São 2/2.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

É um sim ou não? Isto. Isto não é o Joker. Só sim ou não?

HUGO PEREIRA - PRESIDENTE DA CML

É bom também que se perceba que.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Mas isto já foi explicado.

HUGO PEREIRA - PRESIDENTE DA CML

Durante três anos não pode sequer tocar neles. Isto é. Isto não é uma conta corrente caucionada. Porque não se poderia fazer? Mas é. É uma, é um, é um garante que temos ali 25 milhões para o que precisarmos. Se tudo corresse bem, não precisávamos de nada precisarmos. Dez são os dez que pagamos de juros. A gente não vai. Não, não nos vão depositar os 25 milhões na conta e depois devolve se dez e sobra cinco ali. E daqui a seis meses há uma decisão por parte do governo. Diz. Olha para as seis. Que foi? Não era 19. Passou a 14. A gente financia 14. Eh eh eh. Estes 14 saem daquele mapa. Não vamos precisar de nada daquilo. E é assim sucessivamente. Isto é quase como se fosse uma conta corrente caucionada, que não é uma conta corrente caucionada. Eh eh eh. Mas para se perceber que é utilizada à medida da necessidade, mas não podendo ser uma conta corrente, porque nós não temos esse direito, só podemos pedir financiamento. E para não ter, para não ir também para o limite do endividamento. No caso de financiar a habitação não conta para o limite do endividamento. Então, o que fizemos foi. Vamos nos financiar com base num PI, que é o da habitação dos fogos, de acordo com o mapa base estimado, e iremos utilizar única e exclusivamente a parte que nos venha a ser necessária. Se tudo corresse muito mal. Admitindo que não nos financiam mais nada para além dos 4 milhões, vamos ter que ir buscar os 25. Com quatro dá 29. Ainda nos faltam 40. Eh eh eh. 29 Ainda nos faltam 14 ou 15 milhões. Tem que ser com fundos próprios. No caso, não nos financiar em nada para além dos quatro que disseram que nos financiavam. Mas no que eu tenho esperança que ainda assim vai, vai haver financiamento. Então, se tudo correr bem, nem os 25 vão ser necessários. O que eu gostava porque era sinal que tínhamos financiamento comunitário a fundo perdido. Pronto, Isto só para perceber que isto é uma verba que nos vai ficar disponibilizada para fazer face a parte não financiada que neste momento é quase tudo, mas temos esperança que um dia vai haver resposta e vai ter que haver. Já chega também, não é? E a questão que ali está pronto. Mas isto para dizer que é assim que isto funciona. Ou seja, será pago os juros da parte única e exclusivamente utilizada. E durante três anos foi a folga que nós demos também para termos. Vamos lá, uma fotografia mais real do que é que vamos ter ou não vamos ter financiamento? Eh eh eh. Vamos gerindo esta verba, obviamente, sempre para aquele fim que é a lista dos do PPI que estava junto, que agora acho que aqui não vi se estava, mas que estava junto ao primeiro, ao primeiro pedido para que a Assembleia autorizasse a abertura do concurso.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Portanto, sim ou não Ficou devidamente esclarecido, portanto, membro da Assembleia Municipal, Sr. José Santos e Sr., pediu ainda a palavra para se esclarecer. Portanto, certamente o Sr. Membro Rui Araújo.

RUI ARAÚJO (PSD)

Muito obrigado. E para esclarecer o membro da do Bloco de Esquerda, porque essa não, Mas eu lanço um repto, eu vou explicar. Se for utilizado menos, menos capital, os juros serão

menos em todas as entidades. Portanto, não influencia a comparação das propostas. A minha dúvida. A dúvida não é essa a proposta.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML
Sr. Presidente.

RUI ARAÚJO (PSD)
Diga. Diga.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML
O Sr. membro da Assembleia questiona O Sr. presidente não vai esclarecer o Sr. membro da Assembleia que, tanto quanto percebi, já está esclarecido.

RUI ARAÚJO (PSD)
Eu não sei se está porque o Sr. presidente falou.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML
Disse A Assembleia ficou esclarecido.

RUI ARAÚJO (PSD)
Já não sou eu que digo.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML
Mas pode falar.

RUI ARAÚJO (PSD)
Muito obrigado. Pensava que eu podia falar para onde eu pensava. Eu sei que pensa que ainda estamos em 20, em 23 de abril de 74, mas não estamos. Felizmente ainda tenho direito a falar. Pode. Podem fazer o que quiserem. Podem nem cumprir a democracia, mas eu ainda tenho direito de falar. Pelo menos falo aquilo que me apetece, independentemente das repercussões. E é para esclarecer que o problema é que a simulação que aqui foi feita não é equívale à proposta que foi feita pela Caixa Agrícola. Muito obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML
Estamos então agora, portanto, em condições de passar à votação. Portanto, a votação da proposta foi apreciada. Portanto, é agora a votação da proposta de contratação de empréstimo a longo prazo, no montante de 25 milhões € para a habitação. Quem vota contra? Portanto, esta proposta da Câmara chega PSD um voto laGos com futuro PS, CDU e Bloco de Esquerda. Quem se abstém por esta mesma ordem chega dois votos do PSD. Dois votos. Dois. Pois, deixe-me lá contar que às vezes também me engano. E dois votos de Lagos com futuro. Os restantes membros da Assembleia votam favoravelmente a proposta, portanto, a bancada do PS, CDU e Bloco de Esquerda votaram favoravelmente, pelo que a proposta foi

aprovada por maioria. Teve 19 votos a favor, teve um voto contra cinco abstenções. Portanto, está aprovada então esta proposta. O sr. Rui Araújo Faz favor.

RUI ARAÚJO (PSD)

Obrigado Sr. Presidente. É para dizer que irei apresentar declaração de voto por escrito. Muito obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Sr. Fernando Ildefonso.

FERNANDO ILDEFONSO (LCF)

Também, exatamente pela mesma razão, iremos enviar a posteriori uma declaração de voto para justificar a nossa posição. Muito obrigado.

MARIA JOAQUINA MATOS - PRESIDENTE DA AML

Sim Sr. Paulo Rosário.

PAULO ROSÁRIO DIAS (CHEGA)

Sr. Presidente, é a mesma, o mesmo motivo. Iremos apresentar uma declaração de voto.”



Handwritten signature and initials in blue ink.

Para
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS
Dr. Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
Departamento de Modernização Administrativa e
Financeira
Divisão Financeira
Paços do Concelho Sec. XXI – Praça do Município
8600-293 Lagos

N/Ref : COMB/ 036 /2025
Lagos, 23 de Maio de 2025

V/Ref : Ofício nº 16997 de 20/05/2025

Assunto: Proposta de empréstimo de médio longo prazo no montante de €25.000.000,00
Procº nº 2025/350.40.401/1

Exmos. Senhores,

Começamos por agradecer a amabilidade com que V. Exas. nos consultaram para apresentação de proposta de crédito, à qual reservámos a nossa melhor atenção. Para os devidos efeitos apresentamos a melhor proposta para o empréstimo de médio longo prazo nos termos e condições seguintes:

ENTIDADE PROMOTORA:	Município de Lagos
OPERAÇÃO:	Empréstimo de Médio/Longo Prazo
MONTANTE:	€ 25.000.000,00 (vinte cinco milhões de euros);
FINALIDADE:	Financiamento dos Investimentos Municipais constantes no Anexo I – Habitação;
PRAZO:	20 Anos;
CARÊNCIA:	3 Anos de carência de capital - Após visto do Tribunal de Contas;
UTILIZAÇÃO:	3 Anos, durante os quais os fundos serão colocados à disposição do Município, vencendo-se apenas juros do capital utilizado – Após visto do Tribunal de Contas;
TAXA DE JURO:	Euribor a 6 meses, acrescida de um <i>spread</i> de 0,19%, sendo que, a taxa de juro nominal aplicável não será inferior ao <i>spread</i> (floor zero); TAN: 2,392% TAE/TAEG: 2,414%
REEMBOLSO CAPITAL:	Prestações trimestrais postecipadas, constantes de capital e juros;

Handwritten signature and initials in blue ink.



PAGAMENTO DE JUROS:	Trimestrais e postecipados;
GARANTIA:	Conforme legislação em vigor para os Municípios;
COMISSÕES:	Isento;
PRAZO DA PROPOSTA:	90 dias;
OUTRAS CONDIÇÕES:	Isenção de comissões por amortizações ou liquidações antecipadas;
ANEXO:	Plano Financeiro do Empréstimo.

Aguardamos as prezadas instruções de V. Exas., renovamos o nosso agradecimento pela preferência demonstrada e apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve, C.R.L.



1. Dados do Empréstimo

Cliente: Município de Lagos

Taxa Anual Nominal (TAN) 2,392%

Taxa Anual Efectiva (TAE) 2,414%

2. Plano Financeiro

Nº Prestação	Taxa de juro anual nominal	Amortização de capital	Juros	Prestação	Capital em Dívida (fim do período)	Comissões (impostos incluídos)	Total de encargos
Início					25 000 000,00	0,00	0,00
1	2,392%	0,00	149 500,00	149 500,00	25 000 000,00	0,00	149 500,00
2	2,392%	0,00	149 500,00	149 500,00	25 000 000,00	0,00	149 500,00
3	2,392%	0,00	149 500,00	149 500,00	25 000 000,00	0,00	149 500,00
4	2,392%	0,00	149 500,00	149 500,00	25 000 000,00	0,00	149 500,00
Total Ano 1		0,00	598 000,00	598 000,00	25 000 000,00	0,00	598 000,00
5	2,392%	0,00	149 500,00	149 500,00	25 000 000,00	0,00	149 500,00
6	2,392%	0,00	149 500,00	149 500,00	25 000 000,00	0,00	149 500,00
7	2,392%	0,00	149 500,00	149 500,00	25 000 000,00	0,00	149 500,00
8	2,392%	0,00	149 500,00	149 500,00	25 000 000,00	0,00	149 500,00
Total Ano 2		0,00	598 000,00	598 000,00	25 000 000,00	0,00	598 000,00
9	2,392%	0,00	149 500,00	149 500,00	25 000 000,00	0,00	149 500,00
10	2,392%	0,00	149 500,00	149 500,00	25 000 000,00	0,00	149 500,00
11	2,392%	0,00	149 500,00	149 500,00	25 000 000,00	0,00	149 500,00
12	2,392%	0,00	149 500,00	149 500,00	25 000 000,00	0,00	149 500,00
Total Ano 3		0,00	598 000,00	598 000,00	25 000 000,00	0,00	598 000,00
13	2,392%	299 032,42	149 500,00	448 532,42	24 700 967,58	0,00	448 532,42
14	2,392%	300 820,63	147 711,79	448 532,42	24 400 146,95	0,00	448 532,42
15	2,392%	302 619,54	145 912,88	448 532,42	24 097 527,41	0,00	448 532,42
16	2,392%	304 429,20	144 103,21	448 532,42	23 793 098,21	0,00	448 532,42
Total Ano 4		1 206 901,79	587 227,88	1 794 129,67	23 793 098,21	0,00	1 794 129,67
17	2,392%	306 249,69	142 282,73	448 532,42	23 486 848,52	0,00	448 532,42
18	2,392%	308 081,06	140 451,35	448 532,42	23 178 767,46	0,00	448 532,42
19	2,392%	309 923,39	138 609,03	448 532,42	22 868 844,07	0,00	448 532,42
20	2,392%	311 776,73	136 755,69	448 532,42	22 557 067,34	0,00	448 532,42
Total Ano 5		1 236 030,87	558 098,80	1 794 129,67	22 557 067,34	0,00	1 794 129,67
21	2,392%	313 641,15	134 891,26	448 532,42	22 243 426,19	0,00	448 532,42
22	2,392%	315 516,73	133 015,69	448 532,42	21 927 909,46	0,00	448 532,42
23	2,392%	317 403,52	131 128,90	448 532,42	21 610 505,94	0,00	448 532,42
24	2,392%	319 301,59	129 230,83	448 532,42	21 291 204,35	0,00	448 532,42
Total Ano 6		1 265 862,99	528 266,68	1 794 129,67	21 291 204,35	0,00	1 794 129,67
25	2,392%	321 211,02	127 321,40	448 532,42	20 969 993,33	0,00	448 532,42
26	2,392%	323 131,86	125 400,56	448 532,42	20 646 861,48	0,00	448 532,42
27	2,392%	325 064,19	123 468,23	448 532,42	20 321 797,29	0,00	448 532,42
28	2,392%	327 008,07	121 524,35	448 532,42	19 994 789,22	0,00	448 532,42
Total Ano 7		1 296 415,13	497 714,54	1 794 129,67	19 994 789,22	0,00	1 794 129,67
29	2,392%	328 963,58	119 568,84	448 532,42	19 665 825,64	0,00	448 532,42
30	2,392%	330 930,78	117 601,64	448 532,42	19 334 894,86	0,00	448 532,42
31	2,392%	332 909,75	115 622,67	448 532,42	19 001 985,12	0,00	448 532,42
32	2,392%	334 900,55	113 631,87	448 532,42	18 667 084,57	0,00	448 532,42
Total Ano 8		1 327 704,65	466 425,02	1 794 129,67	18 667 084,57	0,00	1 794 129,67
33	2,392%	336 903,25	111 629,17	448 532,42	18 330 181,32	0,00	448 532,42
34	2,392%	338 917,93	109 614,48	448 532,42	17 991 263,39	0,00	448 532,42
35	2,392%	340 944,66	107 587,76	448 532,42	17 650 318,73	0,00	448 532,42
36	2,392%	342 983,51	105 548,91	448 532,42	17 307 335,22	0,00	448 532,42
Total Ano 9		1 359 749,36	434 380,31	1 794 129,67	17 307 335,22	0,00	1 794 129,67
37	2,392%	345 034,55	103 497,86	448 532,42	16 962 300,66	0,00	448 532,42
38	2,392%	347 097,86	101 434,56	448 532,42	16 615 202,80	0,00	448 532,42
39	2,392%	349 173,50	99 358,91	448 532,42	16 266 029,30	0,00	448 532,42
40	2,392%	351 261,56	97 270,86	448 532,42	15 914 767,74	0,00	448 532,42
Total Ano 10		1 392 567,48	401 562,19	1 794 129,67	15 914 767,74	0,00	1 794 129,67
41	2,392%	353 362,11	95 170,31	448 532,42	15 561 405,63	0,00	448 532,42
42	2,392%	355 475,21	93 057,21	448 532,42	15 205 930,42	0,00	448 532,42
43	2,392%	357 600,95	90 931,46	448 532,42	14 848 329,47	0,00	448 532,42

Nº Prestação	Taxa de juro anual nominal	Amortização de capital	Juros	Prestação	Capital em Dívida (fim do período)	Comissões (impostos incluídos)	Total de encargos
44	2,392%	359 739,41	88 793,01	448 532,42	14 488 590,06	0,00	448 532,42
Total Ano 11		1 426 177,68	367 951,99	1 794 129,67	14 488 590,06	0,00	1 794 129,67
45	2,392%	361 890,65	86 641,77	448 532,42	14 126 699,41	0,00	448 532,42
46	2,392%	364 054,75	84 477,66	448 532,42	13 762 644,66	0,00	448 532,42
47	2,392%	366 231,80	82 300,62	448 532,42	13 396 412,86	0,00	448 532,42
48	2,392%	368 421,87	80 110,55	448 532,42	13 027 990,99	0,00	448 532,42
Total Ano 12		1 460 599,07	333 530,59	1 794 129,67	13 027 990,99	0,00	1 794 129,67
49	2,392%	370 625,03	77 907,39	448 532,42	12 657 365,96	0,00	448 532,42
50	2,392%	372 841,37	75 691,05	448 532,42	12 284 524,59	0,00	448 532,42
51	2,392%	375 070,96	73 461,46	448 532,42	11 909 453,63	0,00	448 532,42
52	2,392%	377 313,88	71 218,53	448 532,42	11 532 139,74	0,00	448 532,42
Total Ano 13		1 495 851,24	298 278,42	1 794 129,67	11 532 139,74	0,00	1 794 129,67
53	2,392%	379 570,22	68 962,20	448 532,42	11 152 569,52	0,00	448 532,42
54	2,392%	381 840,05	66 692,37	448 532,42	10 770 729,47	0,00	448 532,42
55	2,392%	384 123,45	64 408,96	448 532,42	10 386 606,02	0,00	448 532,42
56	2,392%	386 420,51	62 111,90	448 532,42	10 000 185,50	0,00	448 532,42
Total Ano 14		1 531 954,24	262 175,43	1 794 129,67	10 000 185,50	0,00	1 794 129,67
57	2,392%	388 731,31	59 801,11	448 532,42	9 611 454,19	0,00	448 532,42
58	2,392%	391 055,92	57 476,50	448 532,42	9 220 398,27	0,00	448 532,42
59	2,392%	393 394,44	55 137,98	448 532,42	8 827 003,84	0,00	448 532,42
60	2,392%	395 746,93	52 785,48	448 532,42	8 431 256,90	0,00	448 532,42
Total Ano 15		1 568 928,60	225 201,07	1 794 129,67	8 431 256,90	0,00	1 794 129,67
61	2,392%	398 113,50	50 418,92	448 532,42	8 033 143,40	0,00	448 532,42
62	2,392%	400 494,22	48 038,20	448 532,42	7 632 649,18	0,00	448 532,42
63	2,392%	402 889,17	45 643,24	448 532,42	7 229 760,01	0,00	448 532,42
64	2,392%	405 298,45	43 233,95	448 532,42	6 824 461,56	0,00	448 532,42
Total Ano 16		1 606 795,35	187 334,32	1 794 129,67	6 824 461,56	0,00	1 794 129,67
65	2,392%	407 722,14	40 810,28	448 532,42	6 416 739,42	0,00	448 532,42
66	2,392%	410 160,32	38 372,10	448 532,42	6 006 579,10	0,00	448 532,42
67	2,392%	412 613,07	35 919,34	448 532,42	5 593 966,03	0,00	448 532,42
68	2,392%	415 080,50	33 451,92	448 532,42	5 178 885,53	0,00	448 532,42
Total Ano 17		1 645 576,03	148 553,64	1 794 129,67	5 178 885,53	0,00	1 794 129,67
69	2,392%	417 562,68	30 960,74	448 532,42	4 761 322,85	0,00	448 532,42
70	2,392%	420 059,71	28 472,71	448 532,42	4 341 263,14	0,00	448 532,42
71	2,392%	422 571,66	25 960,75	448 532,42	3 918 691,48	0,00	448 532,42
72	2,392%	425 098,64	23 433,78	448 532,42	3 493 592,84	0,00	448 532,42
Total Ano 18		1 685 292,69	108 836,97	1 794 129,67	3 493 592,84	0,00	1 794 129,67
73	2,392%	427 640,73	20 891,69	448 532,42	3 065 952,11	0,00	448 532,42
74	2,392%	430 198,02	18 334,39	448 532,42	2 635 754,08	0,00	448 532,42
75	2,392%	432 770,61	15 761,81	448 532,42	2 202 983,47	0,00	448 532,42
76	2,392%	435 358,58	13 173,84	448 532,42	1 767 624,90	0,00	448 532,42
Total Ano 19		1 725 967,94	68 161,73	1 794 129,67	1 767 624,90	0,00	1 794 129,67
77	2,392%	437 962,02	10 570,40	448 532,42	1 329 662,88	0,00	448 532,42
78	2,392%	440 581,03	7 951,38	448 532,42	889 081,85	0,00	448 532,42
79	2,392%	443 215,71	5 316,71	448 532,42	445 866,14	0,00	448 532,42
80	2,392%	445 866,14	2 666,28	448 532,42	0,00	0,00	448 532,42
Total Ano 20		1 767 624,90	26 504,77	1 794 129,67	0,00	0,00	1 794 129,67
Última prestação	2,392%	445 866,14	2 666,28	448 532,42	0,00	0,00	448 532,42
Total Global		25 000 000,00	7 294 204,36	32 294 204,36	0,00	0,00	32 294 204,36

9 13-41